

Sete cidades registram queda em repasses mensais de ICMS

Transferência cai 16,4% entre janeiro e setembro de 2023 na comparação com o ano passado; SP admite recuo no Estado

O Grande ABC observou redução no volume de repasse do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) entre janeiro e setembro deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado. Em 2023, até agora, região recebeu R\$ 1,6 bilhão, ante R\$ 1,9 bilhão obtido em nove meses de 2022 - queda de 16,4%. Secretária da Fazenda do Estado admite retração nos números, mas salienta que problema está em todo território paulista, graças à legislação federal do ano passado que implementou teto de cobrança do ICMS na tentativa de reprimir o preço dos combustíveis. Na região, cidades reconhecem dificuldades com o cenário, sobretudo os menores municípios. Prefeita de Rio Grande da Serra, menor cidade do Grande ABC, Penha Fumagalli (PSD) diz que tem diálogo com Estado e com a União alternâncias de recomposição financeira para evitar colapso orçamentário com despesas básicas. **Publico 3**

Repasse de ICMS à região cai 16,4% em comparação a 2022

Levantamento leva em conta transferência ocorrida de janeiro a setembro; Sefaz informou que arrecadação foi menor em todo o Estado

ARTUR RODRIGUES
arturrod@ues@gabc.com.br

O repasse de recursos relativos ao ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) ao Grande ABC caiu 16,4% nos nove primeiros meses de 2023 na comparação com o mesmo período de 2022. O repasse feito pela Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo) até este mês foi de R\$ 1,6 bilhão, enquanto de janeiro a setembro do ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão.

De acordo com o portal da transparência da Sefaz, todos os municípios da região receberam menos em relação ao ano passado. Em valores, a maior queda foi em São Bernardo, que recebeu R\$ 596.446.813,25 neste ano, ante R\$ 737.391.200,95 no mesmo período de 2022, uma diminuição de 19,1%. Proporcionalmente, Rio Grande da Serra foi o município que mais foi afetado, sofrendo uma queda de 19,7%

no repasse. A cidade comandada pela prefeita Penha Fumagalli (PSD) recebeu R\$ 9.840.819,77 até setembro do ano passado, valor que caiu para R\$ 7.897.860,14 em 2023 (veja o quadro completo ao lado).

"A queda no repasse de ICMS prejudica muito o desenvolvimento de municípios, especialmente os pequenos como o nosso. Apelamos aos governos federal e estadual para adotarem medidas de recomposição dos repasses, pois afetam nossos investimentos em serviços como saúde, educação e infraestrutura, essenciais para o processo de desenvolvimento da nossa cidade e região. É importante que esses recursos sejam restabelecidos para garantir um futuro mais próspero para todos os cidadãos", declarou a prefeita ao **Diário**.

Em Santo André, a queda foi 15,3%, com repasse no valor de R\$ R\$ 303.772.980,95 em 2023 até o momento, ante R\$ 358.964.331,70 repas-

REPASSES TOTAIS (Entre janeiro e setembro)			
	2022		2023
Santo André	R\$ 358.964.331,70	R\$ 303.772.980,95	
São Bernardo	R\$ 737.391.200,95	R\$ 596.446.813,25	
São Caetano	R\$ 255.893.785,88	R\$ 229.861.786,72	
Diadema	R\$ 254.931.512,08	R\$ 208.910.796,84	
Mauá	R\$ 303.759.833,73	R\$ 258.370.801,68	
Ribeirão Pires	R\$ 55.763.435,40	R\$ 45.823.209,64	
Rio Grande da Serra	R\$ 9.840.819,77	R\$ 7.897.860,14	
TOTAL	R\$ 1.976.544.519,51	R\$ 1.651.084.249,22	

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado

Agência: Editora de Notícias

sados nos três primeiros trimestres do ano passado. Em nota enviada ao **Diário**, a Prefeitura, comandada por Paulo Serra (PSDB), disse que a cota-parte de ICMS é a maior receita própria do município e que "dá a atual composição das despesas, mais da metade da arrecadação é utilizada no custeio e investimento com saúde e educação, inclusas as despesas com folha de pagamento. Para a educação básica, a redução do ICMS implica na redução do Fundeb (Fundo de Manutenção e De-

seenvolvimento da Educação Básica), que é majoritariamente vinculado ao pagamento do magistério municipal. A receita de ICMS é fundamental para o custeio da folha de pagamento dos demais servidores, ações de assistência social e cumprimento das demandas judiciais, como o pagamento de precatórios".

A queda também foi grande em Diadema, que recebeu 18% menos em relação a 2022. O município comandado por José de Filippi Júnior (PT) teve repasse de R\$

254.931.512,08 nos primeiros nove meses do ano passado, número que caiu para R\$ 208.910.796,84 no mesmo período deste ano.

Em Mauá, o repasse até este mês foi de R\$ 258.370.801,68, enquanto no mesmo período do ano passado foi de R\$ 303.759.833,73. Ribeirão Pires também sofreu uma queda alta, de 17,1%, recebendo R\$ 55.763.435,40 em 2022 e R\$ 45.823.209,64 em 2023. São Caetano foi o município que menos teve redução. A cidade do prefeito José Aurichio Júnior (PSDB) recebeu R\$ 255.893.785,88 até setembro do ano passado e R\$ 229.861.786,72 neste ano, queda equivalente a 10,1%.

Em nota enviada ao **Diário**, a Sefaz informou que "a arrecadação de ICMS caiu principalmente devido aos efeitos da Lei Complementar 194, de 23 de junho de 2022. Prestação de serviços de comunicação, energia elétrica e combustíveis, antes tributados com a alíquota de

25%, passaram a ser tributados com a alíquota de 18% a partir da vigência desta lei. A redução de carga tributária sobre esses produtos e serviços promoveu a queda generalizada de arrecadação no Estado".

A lei a que se refere a nota foi sancionada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), em junho do ano passado, que implementou um teto para a cobrança de ICMS. O objetivo, segundo o ex-presidente à época, era diminuir o preço de combustíveis, telecomunicações e energia elétrica.

De acordo com dados emitidos pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), a lei sancionada por Bolsonaro refletiu na queda de arrecadação do ICMS em 19 Estados brasileiros no primeiro semestre deste ano. São Paulo foi o quinto Estado com maior recuo no período, com 7,21% a menos em relação à arrecadação dos primeiros seis meses de 2022.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3